

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

Disciplina: Laboratório de Prática Processual Penal

Período: 7º **Turmas:** Diurno e Noturno **Carga Horária:** 36 h/a

Professora: Dra. Paula Rocha

Ano: 2021.2

EMENTA

Codificação e legislação ordinária. A disciplina abrange desde a persecução penal até a sentença, bem como, recursos, nulidades, ações autônomas e execução penal, dando ênfase aos aspectos práticos, incluindo assistência de audiência. O discente deverá ter contato com os crimes e suas penas, bem como com os procedimentos específicos para a aplicação da lei penal, observando-se a política criminal de repressão aos delitos numa perspectiva interdisciplinar. É no campo da interdisciplinaridade, ainda, que evidencia a necessidade de aperfeiçoamento das competências tecnológicas, para que o discente manuseie as ferramentas e dispositivos das diversas plataformas e tribunais, seja no que diz respeito ao protocolo e acompanhamento dos processos, seja no que diz respeito à realização de atos e sustentações orais de forma on line.

OBJETIVO GERAL

A disciplina tem como objetivo preparar o estudante para a atividade profissional, nas diversas expertises da área penal, tais como a elaboração de peças processuais e o desenvolvimento de capacidade oral para realizar com maestria atos e sustentações orais, tais como audiências e defesas em Tribunais. Apresentar-lhe a essência do Direito Processual Penal por intermédio de uma tipologia de aula dialogada, democrática e prática, para que o acadêmico domine a persecução penal nos seus dois momentos fundamentais (inquérito policial e processo). É a disciplina de natureza instrumental que visa fazer do acadêmico um hábil conhecedor do processo penal, direcionando o estudo ao lado das lições teóricas e do manejo fácil da codificação, para o verdadeiro raciocínio jurídico. Em atenção ao critério da atualidade, a disciplina contará com a análise crítica da moderna jurisprudência, o manejo das plataformas tecnológicas para o protocolo, acompanhamento e realização de atos processuais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Analisar, sob uma perspectiva prática, os institutos pertinentes ao Direito Penal e processual penal;
- 2) Compreender o alcance da atuação do advogado na esfera procedimental e na esfera processual.

COMPETÊNCIAS

Compreender, de forma crítica e reflexiva, a hermenêutica e os métodos interpretativos do conteúdo da disciplina, considerando suas variadas opiniões doutrinárias, jurisprudenciais, legais e regulamentares, a partir de suas dimensões teórica e prática, com ênfase na resolução de problemas e elaboração de peças a partir de situações problema apresentadas.

HABILIDADES

Espera-se estimular o desenvolvimento das competências necessárias à atual prática profissional, em especial:

- Capacidade de interpretação e aplicação das normas do sistema jurídico nacional;
- Competência na leitura, compreensão e elaboração de textos jurídicos;
- Capacidade de se comunicar com precisão
- Desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos
- compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.

AVALIAÇÃO

Os estudantes serão avaliados por meio das avaliações marcadas, previamente, pela Instituição de Ensino (1a e 2a unidades) que consistirão na elaboração de uma peça cujo cabimento e adequação deverá ser verificado pelo estudante. Também será realizada uma avaliação formativa, composta de atividades realizadas ao longo de cada unidade, nas quais os estudantes deverão interagir em grupo e exercitar a análise de casos concretos e correspondente redação das medidas judiciais eventualmente cabíveis.

CONTEÚDO

1. REQUERIMENTO E REPRESENTAÇÃO AO DELEGADO;
2. DENÚNCIA E QUEIXA CRIME
3. QUESTÕES INCIDENTAIS E RESPOSTA À ACUSAÇÃO
4. ALEGAÇÕES FINAIS
5. HABEAS CORPUS
6. RELAXAMENTO E REVOGAÇÃO DA PRISÃO

7. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA E AS MEDIDAS CAUTELARES
- 8 -REVISÃO CRIMINAL E MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL
09. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
10. APELAÇÃO CRIMINAL
11. EMBARGOS DECLARATÓRIOS
12. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO
13. PRÁTICA PROCESSUAL DA EXECUÇÃO PENAL
14. AGRAVO EM EXECUÇÃO

METODOLOGIA

O conteúdo programático será desenvolvido através da realização de aulas expositivas, subsidiadas por recursos tradicionais, bem como outros meios audiovisuais, incentivando-se em sala de aula o debate, a expressão espontânea e livre dos assuntos abordados, bem como a utilização de metodologias ativas que atrelem teoria e prática, contextualização dos conteúdos abordados em sala de aula e despertem a criticidade do discente, além de quaisquer outros métodos necessários e adequados ao processo de desenvolvimento e aprimoramento intelectivos, a partir de estudos bibliográficos, textos afeitos à disciplina, permitindo uma abordagem e um desenvolvimento que propiciem a socialização do conhecimento obtido durante o processo de aprendizagem, incentivando-se a consulta à biblioteca e a acervos públicos e particulares, jornais, revistas, periódicos jurídicos e *Internet*.

As aulas serão dinâmicas, pretendendo estimular a capacidade do estudante de interpretação e compreensão do conteúdo da disciplina, estimulando sempre a integração entre teoria e prática com enfoque na resolução de problemas.

A disciplina será ministrada com base no ensino colaborativo, em que os docentes e discentes participarão na construção dos saberes, especialmente por meio de metodologias ativas e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDIC's, tais como: sala de aula invertida, seminários, atividades de extensão, tempestade de ideias, aprendizagem baseada em problemas, gamificação e outros.

AVALIAÇÃO

A metodologia da avaliação será diagnóstica, formativa e somativa durante todo o processo de aprendizagem, destinando-se à formação crítica e autônoma do estudante ao ensino, à pesquisa e à extensão nas atividades da disciplina. Dentro

desta perspectiva, será realizada avaliação diagnóstica no início do semestre, objetivando avaliar os conhecimentos prévios dos alunos, bem como sua capacidade de articulação de saberes. As avaliações formativas ocorrerão ao longo do semestre, por meio das atividades colaborativas, seguidas de uma avaliação somativa ao final de cada unidade.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

KNIPPEL, Edson Luz. Prática Penal. coordenação Alvaro de Azevedo Gonzaga, Nathaly Campitelli Roque. – 8. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019. Link

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984557/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4/2%400:0>

LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012

SILVA, Davi André; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique. Manual de Prática Penal. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

COMPLEMENTAR

Pacelli, Eugênio Curso de Processo Penal / Eugênio Pacelli. – 24. ed. – São Paulo: Atlas, 2020. Link

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023763/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml%5D!/4/2/2%5Bvst-image-button-143350%5D%400:0.00>

Nucci, Guilherme de Souza Prática forense penal / Guilherme de Souza Nucci. – 12. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020. Link

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991401/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4/2/4%400:0>

SANTOS, Elaine Borges Ribeiro dos. Prática penal: como requerer do inquérito policial até a mais alta corte brasileira. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2012. Link <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4286-1/pageid/4>

SCARANCA FERNANDES, Antônio. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.